



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- elétrico se prolongue além do suportável e tolerável, quais medidas serão tomadas em nível federal para punir e/ou penalizar a empresa Enel Distribuição São Paulo;
5. Quais as ações que o Ministério de Minas e Energia (MME) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) pretendem adotar para viabilizar indenizações por prejuízos causados pela falta de luz em São Paulo;
 6. Quais são as ações conjuntas que o MME e a ANEEL têm promovido junto aos órgãos estaduais e municipais no que tange ao reestabelecimento do fornecimento de energia elétrica, ao ressarcimento de prejuízos a consumidores; ao aprimoramento da legislação e fiscalização do serviço; e à responsabilização dos que deram causa ao apagão de tamanha magnitude e por prazo tão alongado.

JUSTIFICAÇÃO

Em 3 de novembro deste ano, um forte temporal atingiu a cidade de São Paulo e região metropolitana com ventos de mais de 100 km/h, derrubando árvores e afetando a fiação elétrica, interrompendo com isso a prestação de serviços essenciais que dependem do fornecimento de energia elétrica (tais como serviços hospitalares, de transporte público, de trânsito, escolas, de comunicação e internet, entre outros), afetando drasticamente toda a população, bem como empresas e comércios.

Nesse contexto, dada a demora em se reestabelecer e normalizar o fornecimento de energia elétrica na capita e região, tendo em mente os enormes prejuízos causados pelo prolongamento da interrupção e, principalmente, devido ao fato de o evento ter afetado cerca de 2,1 milhões de clientes da Enel Distribuição São Paulo, e de que até a manhã do dia 6/11, cerca de 413 mil residências continuavam sem energia após 64 horas do temporal, faz-se necessário que este Parlamento intervenha na questão, com o objetivo de obter



CÂMARA DOS DEPUTADOS

informações, esclarecimentos ou documentos que possam ser úteis para o exercício de suas atribuições constitucionais.

Assim, tendo em vista a relevância do tema em um cenário em que os eventos climáticos extremos são cada vez mais frequentes, é imprescindível que as entidades do Setor Elétrico, capitaneadas pelo Ministério de Minas e Energia, se debrucem sobre o ocorrido, buscando não só reestabelecer o fornecimento, mas também propor soluções regulatórias e técnicas que evitem ou minimizem os impactos de um futuro apagão.

Nesse sentido, o presente instrumento legislativo busca não só dar maior transparência aos nobres pares e à sociedade, mas, principalmente, iniciar uma discussão neste Parlamento acerca da necessidade de se aprimorar o arcabouço legislativo não só do setor elétrico, mas também de outros campos que envolvem serviços municipais essenciais e sensíveis, as relações comerciais e defesa dos consumidores, e juizados, etc, na tentativa de superar os desafios que se apresentam.

Pelos questionamentos e razões apresentados é que encaminhamos o presente Requerimento de Informações.

Sala das Sessões, em de novembro de 2023.

Deputado Alex Manente
Cidadania/SP